

# A FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIBRAS-PORTUGUÊS: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS<sup>1</sup>

Camila Ribeiro Lisboa Ferreira  
Luciana de Assis Miranda  
Maria Cristina de Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora

## **Resumo**

Considerando-se as transformações impulsionadas pelo Decreto 5.626/05 e a atual demanda por formação de intérpretes de sinais, refletimos sobre a formação desse profissional para a atuação na Educação. Para tanto, tomamos como base um Curso de Extensão destinado à formação de Intérpretes Educacionais de Juiz de Fora e região, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2011, bem como questionários aplicados aos cursistas. Observamos que a formação é um aspecto central para a atuação do intérprete de sinais na Educação, sendo que tal formação precisa abordar conhecimentos teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento da capacidade de o intérprete refletir sobre sua própria prática, aliando prática-teoria-prática: em direção à metarreflexão. Além disso, é importante que a formação também aborde os conhecimentos didáticos e pedagógicos específicos à Educação e, por sua vez, à Educação de Surdos.

## **Introdução**

Na última década, a demanda por tradutores-intérpretes de Língua de Sinais (TILS) para atuar no contexto educacional tem crescido significativamente. Ao abordar a realidade norte-americana, o Registro de Intérpretes de Surdos, destaca o crescimento da interpretação na Educação e, também, a centralidade e importância da formação e qualificação do IE.

Considerando a variedade de leis referentes à educação de crianças surdas, pode-se observar a interpretação educacional tornando-se comum no ensino fundamental e médio. Isso é um avanço profissional e se constitui como uma possibilidade de tornar os programas e os serviços escolares mais acessíveis às crianças surdas. Como parte da equipe profissional, o intérprete precisa ser formado e qualificado profissionalmente (RID, 2000, p. 1, *tradução nossa*).

Pode-se afirmar que, no Brasil, a intensificação da presença desse profissional na Educação tem sido impulsionada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual regulamentou a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua de Sinais Brasileira (Libras), e o artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.

Esse aumento da demanda pelo Intérprete Educacional (IE) não foi acompanhado pela formação de novos profissionais em número suficiente. Assim, é comum observarmos a

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado no Grupo de Estudos em Educação de Surdos – Gees/ Neped/ UFJF – sob a orientação do coordenador do Grupo e professor da Faced/ UFJF Carlos Henrique Rodrigues.

atuação de diversos TILS em ambientes educacionais sem uma formação específica no campo da Tradução e/ ou Interpretação em Língua de Sinais e muito menos no campo da Interpretação Educacional. Atualmente, algumas iniciativas de formação do TILS têm se destacado, como por exemplo, o Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De qualquer maneira, a grande maioria das graduações e pós-graduações que visam à formação do TILS não tem como foco a formação específica do IE.

Considerando essa realidade, neste texto, tomando como base a proposta de um curso de extensão destinado à formação de IE, o qual foi organizado e oferecido pelo Grupo de Estudos em Educação de Surdos (GEES) do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade (NEPED) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED – UFJF), assim como questionários aplicados aos cursistas<sup>2</sup>, apresentamos uma reflexão sobre o que seria um curso voltado à formação de um IE, com o intuito de identificar os aspectos indispensáveis a tal formação e, assim, poder elaborar uma possível proposta de formação para o IE.

### **Intérprete Educacional: como assim?**

É importante dizer que os TILS são profissionais que dominam a língua de sinais e a língua falada de seu país, no caso do Brasil eles estariam aptos para traduzir e/ou interpretar da Libras para o Português, e vice-versa, podendo também dominar outras línguas (QUADROS, 2007). O campo de atuação do TILS é significativamente amplo, visto que ele pode atuar em diferentes esferas sociais e contextos, tais como o familiar, o religioso, o educacional (em diversos níveis de ensino), assim como em eventos e na mídia, por exemplo.

O intérprete educacional, de acordo com Quadros (2007, p.59), seria “aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação”. Segundo o Registro de Intérpretes de Surdos (2000, p.1, *tradução nossa*),

a função fundamental de um intérprete, independente de sua especialização ou de seu campo de trabalho, é facilitar a comunicação entre pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e outras. Intérpretes educacionais facilitam a comunicação entre estudantes surdos e outros, inclusive entre professores, provedores de serviços e colegas do ambiente educacional.

---

<sup>2</sup> Por uma questão de espaço não apresentaremos detalhadamente as informações coletadas por meio dos questionários, somente faremos referência a elas.

No contexto educacional, o IE tem a função primordial de interpretar para os alunos e/ ou professores surdos e, também, para pais surdos e outros profissionais presentes no contexto escolar. Ele é responsável em realizar a mediação linguística entre os falantes monolíngues de uma das línguas em questão, no nosso caso, da Libras ou do Português. Vale dizer, assim como destaca o Registro de Intérpretes de Surdos, que

a função e a responsabilidade do intérprete são distintas da do professor e da de outros profissionais do contexto educacional. Esta distinção precisa estar clara. Por exemplo, o intérprete ensinar em sala de aula e disciplinar diretamente o aluno seria inadequado, visto serem essas responsabilidades do professor (RID, 2000, p2, *tradução nossa*).

Portanto, os IE seriam os responsáveis por reformular textos de uma dada língua com os meios de outra por meio de um processo interpretativo e comunicativo que se desenvolve em um contexto educacional, com a finalidade de tornar possível o processo de ensino-aprendizagem dos surdos.

Segundo o Registro de Intérpretes de Surdos (2000, p.1, *tradução nossa*), nos momentos em que não está interpretando o IE pode realizar algumas atividades que maximizam sua atuação, tais como “o planejamento e a preparação da interpretação; a participação em formação continuada sobre interpretação educacional e o trabalho junto aos professores para desenvolver maneiras de se aprimorar a interação entre alunos surdos e seus colegas de trabalho”, dentre outros.

No Brasil, a formação e a atuação desse profissional estão previstas no Decreto 5.626/05. Segundo ele, a formação pode ser realizada, em Cursos Superiores de Tradução e Interpretação com habilitação em Libras-Português, assim como em “cursos de educação profissional, cursos de extensão e cursos de formação continuada, promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação” (artigo 18, incisos I, II e III). O Decreto também estabelece a avaliação de proficiência em tradução-interpretação (Prolibras), a qual tem sido promovida anualmente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), até o ano de 2015.

É relevante destacar que a formação é um aspecto central e indispensável a um bom profissional. De acordo com Leite (2005, p.20-21), “é de se imaginar que o desconhecimento das habilidades necessárias para uma *performance* adequada do intérprete, no ensino, possa afetar negativamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem”. Vale dizer também

que Lodi (2009, p.30) afirma que “a falta de formação específica faz com que os intérpretes educacionais, muitas vezes, assumam outros papéis e desempenhem atividades que acabam por interferir, de maneira negativa, em sua prática”.

### **O curso de Formação em questão**

O Curso de Extensão que é foco de nossa reflexão destinava-se à formação de IE foi oferecido no primeiro semestre de 2011 na Universidade Federal de Juiz de Fora. Denominado de *Formação de Intérpretes Educacionais de Juiz de Fora e região*, o curso fez 60 horas, teve quarenta e cinco cursistas e contou com uma equipe de três professores: um professor da UFJF e as duas TILS da mesma instituição. Dos quarenta e cinco cursistas inscritos, somente quarenta freqüentaram regularmente o curso, destes, vinte declararam atuar como TILS, sendo que os outros vinte são constituídos por nove professores-articuladores<sup>3</sup> de Libras, três professores, um supervisor, quatro estudantes de Pedagogia e três que não declararam atuação profissional.

É relevante destacar que o curso destinou-se, principalmente, aos IE que atuam nas escolas municipais e estaduais de Juiz de Fora e região, e teve como objetivo proporcionar a eles embasamento teórico capaz de fundamentar sua reflexão sobre a atuação na Educação, aliando prática-teoria-prática. O curso apresentava a seguinte ementa:

O curso visa promover um espaço de diálogo, discussão e reflexão sobre a realidade que envolve o processo de interpretação do par linguístico Libras-Português, possibilitando aos intérpretes educacionais a construção de conceitos e estratégias de ação que os auxiliem na identificação e solução de possíveis ‘problemas’ de interpretação, bem como na aquisição e desenvolvimento de habilidades, competências e técnicas interpretativas que favoreçam sua atuação no contexto da sala de aula.

O curso abordou tanto aspectos teóricos quanto práticos. No que se refere ao conteúdo teórico, abordaram-se (a) os conceitos de tradução (interlingual, intersemiótica e intralingual), de interpretação (consecutiva, intermitente e simultânea – verbalização/ vocalização e sinalização) e de transliteração, por meio de diálogos, de aulas expositivas e discussões. Foram abordados, também, (b) os modelos de interpretação e a constituição da atuação do TILS; (c) campos de atuação do TILS e a especificidade de sua formação; (d) processo de

---

<sup>3</sup> Os professores articuladores de Libras são os profissionais que atuam no ensino de Língua de Sinais para alunos surdos e ouvintes na Rede Municipal de Juiz de Fora.

tradução em Língua de Sinais: reflexões sobre “equivalência” – aderência à forma e/ ou à mensagem; (e) processos de tradução e de interpretação em Língua de Sinais: reflexões sobre estratégias, escolhas e tomadas de decisão e, também, (f) o contexto educacional: sala de aula e processo de ensino-aprendizagem – a atuação do IE.

Já o conteúdo prático de tradução-interpretação subdividiu-se em dois tópicos: (a) processo de tradução (fases de orientação, redação e revisão): Libras para Português Escrito e Português para Libras, onde os cursistas traduziam textos em grupo, e algumas vezes individualmente, e depois esses textos eram discutidos em grupo, onde se faziam reflexões, revisões e análises dos mesmos; (b) processo de interpretação (fases de compreensão, desverbalização e reverbalização): Libras para Português e Português para Libras, nesses momentos eram os cursistas precisavam interpretar e suas interpretações eram registradas em vídeo e, em um momento posterior, uma a uma, discutidas e analisadas pela turma. Esse momento foi significativo segundo os cursistas, adiante discutiremos mais sobre essa experiência.

### **O curso e sua relevância para se pensar a formação do IE**

Ao final do curso foram aplicados questionários para que se pudesse verificar quais os aspectos foram considerados relevantes pelos cursistas no que se refere à formação do IE. Vale dizer que vinte e nove cursistas responderam ao questionário, destes, doze eram TILS que atuam ou já atuaram na educação; seis eram professores-articuladores de Libras e onze eram pessoas envolvidas com a Educação de Surdos e que pretendiam tornar-se IE. Os aspectos analisados aqui são um recorte e não se referem à totalidade das questões aplicadas aos cursistas por meio do questionário. Portanto, utilizamos os dados apenas para apoiar nossa reflexão.

O primeiro aspecto que gostaríamos de salientar refere-se à carga horária do curso. Um número significativo dos cursistas considerou que a carga horária foi insuficiente. Isso talvez se deva ao fato de que há uma carência de formação específica para a atuação na educação. Além disso, do total de vinte e nove questionários respondidos, dezessete foram respondidos por cursistas que não possuem formação como TILS, logo eles encontrariam nesse curso a possibilidade de uma formação específica.

Outro ponto importante tange os conteúdos abordados e a experiência dos professores do curso. É interessante notar que os cursistas destacam a importância de que todos os professores tenham tido uma experiência considerável como IE. Além disso, falam da importância de se abordarem os conhecimentos linguísticos, tradutórios, interpretativos e educacionais – saberes didáticos e pedagógicos – com ênfase nas atividades práticas seguidas de discussões e reflexões. Nesse sentido, é possível afirmar que os cursistas esperam que formações como essa sejam capazes de aliar prática-teoria-prática, propiciando que os mesmos desenvolvam a metarreflexão (ALVES, 2005), ou seja, a capacidade ou habilidade de refletir sobre os processos de tradução e de interpretação, monitorando-os ou gerenciando-os de forma crítica e consciente.

### **Considerações**

Pode-se concluir que os cursos precisam abordar conhecimentos teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento da capacidade de o IE refletir sobre sua própria prática, aliando prática-teoria-prática: em direção à metarreflexão. Além disso, a formação de IE é distinta da formação de TILS, visto que a mesma tem como foco um campo específico do conhecimento, a saber, a Educação de Surdos. Enfim, a formação de IE precisa ser capaz de levá-los ao desenvolvimento da competência profissional e, por conseguinte, à conscientização e à metarreflexão sobre os processos de tradução e de interpretação na Educação de Surdos, bem como sobre as implicações de se atuar em sala de aula, por exemplo.

### **Referências**

- ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Orgs). *Competência em Tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.109-153.
- LEITE, E. M. C. *Os papéis dos intérpretes de LIBRAS na sala de aula inclusiva*. Petrópolis: Arara Azul, 2005.
- LODI, A. C. B. A formação do tradutor e intérprete de Libras-língua portuguesa e sua atuação na educação de surdos. In: *VIII Congresso Internacional e XIV Seminário Nacional do INES*, 2009, Rio de Janeiro. Anais do Congresso INES: Múltiplos Atores e Saberes na Educação de Surdos. Curitiba: Editora Progressiva, 2009. v. 1. p. 26-34.
- QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa*. Brasília: MEC, 2007.
- RID – REGISTRY OF INTERPRETERS FOR THE DEAF. *Interpreting in Educational Settings – K12*, 2000. p.1-3. Disponível em <[www.rid.org/UserFiles/File/pdfs/124.pdf](http://www.rid.org/UserFiles/File/pdfs/124.pdf)> Acesso em Abril de 2012.